



Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico. ISSN: 2446-6778  
Nº 2, volume 5, artigo nº 11, Julho/Dezembro 2019  
D.O.I: <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v5n2a11>

## **OS DESAFIOS DO DOCENTE FRENTE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AUTISMO**

Luana Ribeiro Oliveira da Costa

Luciane Resende Silveira Brandão

Silvane daSilva Gomes

Miriam Lucia Viera

### **Resumo**

Este artigo tem por escopo descrever os desafios do docente frente a inclusão de alunos autistas no contexto escolar. Para tal foi realizado um breve histórico conceituando o autismo e suas características visando uma melhor abordagem para inclusão desses alunos, respeitando suas individualidades e suas capacidades de aprendizagem. Foi utilizado um questionário aplicado à docentes de instituições públicas e privada no município de Itaperuna-RJ. Esta pesquisa tem como base abordar a real dificuldade do docente frente a uma turma heterogênea. Segundo a pesquisa, a falta de preparo do docente é uma das dificuldades encontradas no processo de inclusão e no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas. O trabalho tem como aporte teórico os principais autores <sup>1</sup>utilizados, Mantoan(1997); Kanner(1943); Mello(2007) e Nogueira(2009)

**Palavras-chave:** : Autismo. Desafios. Formação do Docente. Inclusão.

### **Abstract**

This article aims to describe the challenges of teachers facing the inclusion of autistic students in the school context. For this purpose, a brief history was conceived conceptualizing autism and its characteristics aiming at a better approach for the inclusion of these students, respecting their individualities and their learning abilities. A questionnaire was applied to teachers from public and private institutions in the municipality of Itaperuna-RJ. This research has as base to approach the real difficulty of the teacher in front of a heterogeneous class. According to the research, the lack of preparation of the teacher is one of the difficulties found in the inclusion process and in the development of their pedagogical

practices. The work has as theoretical basis the main authors used, Mantoan (1997); Kanner (1943); Mello (2007) and Nogueira (2009)

**Keywords:** Autism. Challenges. Teacher Training. Inclusion

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa nos leva a refletir acerca das dificuldades do docente diante do aprendizado da criança autista e ainda refletir a importância da inclusão no ambiente escolar.

Uma das alternativas para que a inclusão possa se efetivar de forma adequada está no ensino diferenciado e investimento na peça chave da inclusão: o professor. Acredita-se, uma formação inicial e continuada de qualidade, o trabalho interdisciplinar, a adesão à pedagogia de projetos, a reflexão por parte do docente e demais envolvidos, adaptações curriculares, dentre outras ações, poderá contribuir para o desenvolvimento de práticas inclusivas na escola.

Para que essas práticas possam se fortalecer, o professor deve desenvolver um trabalho dinamizado e consciente, capaz de contribuir através de ações e práticas pedagógicas que rompam com as barreiras dos preconceitos e da exclusão.

Diante deste contexto, o objetivo da pesquisa é descrever os desafios dos docentes frente a inclusão dos alunos autistas no contexto escolar.

A justificativa para a abordagem dessa temática está fundamentada no entendimento de que a inclusão na escola regular é necessária, mas dependerá de uma reforma profunda no pensamento da escola e dos professores para que este processo se solidifique. Daí a importância de se conhecer como tem se processado a inclusão desses alunos na escola regular, de modo a visualizar alternativas para que a educação seja realizada de forma plena e com qualidade.

A metodologia que subsidia o trabalho é a pesquisa bibliográfica, tendo por base estudiosos tais como: Prieto (2000), Mantoan (1997), Kanner (1943), dentre outros e seguido de uma pesquisa de campo na escola da Faculdade Redentor em Itaperuna e no Colégio Estadual Lions Clube de Itaperuna. Foram realizadas

entrevistas com professores, com o propósito de descobrir os desafios encontrados em sala de aula frente a inclusão e se realmente a escola e os professores estão preparados para receber os alunos autistas no que diz respeito a sua capacitação profissional.

## **1 CONCEITUANDO O AUTISMO**

O conceito de autismo passa pela ideia de que o mesmo não se constitui numa doença, mas num problema de natureza neurológico.

O autismo é considerado um problema neurológico que se manifesta normalmente em crianças antes dos dois anos e meio de idade. As crianças se mostram aparentemente indiferentes ou, até mesmo, avessas a demonstração de afeto e ao contato físico, embora às vezes surja mais tarde uma ligação mais estreita com pais ou certos adultos. O desenvolvimento da fala nessas crianças é lento e anormal, sendo ausente, caracterizando-se pela repetição daquilo que é dito por terceiros ou pela substituição das palavras por sons (SUPLINO, 2005).

Uma síndrome presente desde o nascimento ou que começa quase sempre durante os trinta primeiros meses. Caracterizando-se por respostas anormais a estímulos auditivos ou visuais, e por problemas graves quanto à compreensão da linguagem falada. A fala custa aparecer e, quando isto acontece, nota-se ecolalia, uso inadequado dos pronomes, estrutura gramatical, uma incapacidade na utilização social, tanto da linguagem verbal quanto corpórea (OMS, 1998).

Muitas crianças com Autismo têm distúrbios sensitivos e perceptivos visuais, auditivos e de sensibilidade na pele, levando a uma elevada sensibilidade para barulhos, ruídos específicos, luzes, agrupamento de pessoas e para determinadas cores e formas de ambientes. Também podem ter baixa percepção para face humana e ignorar momentos de controle social como regras e rotinas dos lugares onde visita.

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigorosa, e três vezes maior se considerar casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento (MANTOAN, 1997, p. 13).

O nível intelectual em indivíduos com TEA é extremamente variável, estendendo-se de comprometimento profundo até níveis superiores.

A criança autista desenvolverá problemas muito graves de relacionamento social, como incapacidade de manter contato visual, ligação social e jogos em grupo. O comportamento se manifestará de modo usualmente ritualístico, podendo incluir resistência à mudança, ligações a objetos estranhos e um padrão de brincar estereotipado (OMS, 1998).

O TEA não possui cura, e nem solução definitiva, mas o tratamento apropriado ajuda a promover um desenvolvimento relativamente normal e minimizar os comportamentos que são considerados inadequados.

## **2 FORMAÇÃO DO DOCENTE PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para Mello (2007) o processo de aprendizagem das crianças autistas se dá pela associação e tem dificuldades de generalização espontânea do conhecimento adquirido, exigindo, portanto, um trabalho mais específico.

Mello (2007) destaca que para ela o campo de visão é importante, uma vez que se aprende mais vendo do que ouvindo. Por isso a importância da demonstração para suas atividades, onde caso seja necessário o professor repetir inúmeras vezes até que a criança adquiria sua autonomia.

No processo de inclusão é preciso cuidado com a rejeição que pode levar a criança a uma crise de comportamento. Assim, a relação professor-aluno destaca-se como base de controle, segurança e confiança do aluno de forma que ele controle paulatinamente os seus impulsos (MELLO, 2007).

A educação inclusiva requer investimento na formação dos professores e ainda o envolvimento da sociedade, visto que se percebe acerca da inclusão é um total despreparo da sociedade em geral e das instâncias educacionais em particular (SAMPAIO; SAMPAIO, 2009).

No entanto, esta formação docente não trata de torná-lo profundo conhecedor “da deficiência”, mas potencializador para a ação técnica de referência aquele que ensina, uma vez que o conhecimento especializado pode servir como um complemento valioso, mas o conhecimento do professor é elementar para sua ação

(BATISTA, 2003).

### **3 INCLUSÃO DE AUTISTAS NA REDE REGULAR DE ENSINO**

Para se falar da inclusão dos autistas na rede regular de ensino é necessário compreender que apesar das legislações garantirem a inclusão, o que se destaca na prática, na maioria das instituições educacionais, não se integram ativamente as crianças no decorrer da execução das atividades pedagógicas.

A partir de um estudo, Kanner (1943), diz que o autismo se apresenta como uma patologia que se mantém de forma enigmática, e que se apresenta como amplo problema para toda a sociedade, haja vista que entre os especialistas não têm uma unanimidade sobre as especificidades da patologia, principalmente no tocante as possibilidades de tratamento dentro da esfera educacional.

Nesse contexto, as crianças com autismo podem estar inclusas na rede regular de ensino como determina a legislação. A lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), 9394/96, no seu artigo 4.º, inciso III, definiu como dever do Estado a garantia de atendimento especializado gratuito aos educandos “com necessidades especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino”. Assim, segundo a LDB, a inclusão deve ser preferencialmente na rede regular de ensino. Para tanto, o educador deve receber a capacitação necessária para esse atendimento, lembrando que a política de inclusão exige um professor treinado, capacitado (BRASIL, 1996).

Por isso, se torna essencial que o professor tenha plenos conhecimentos com relação ao autismo, pois dessa forma poderá propor trabalhos com os mesmos.

Para Araújo (2000, p. 19):

Se constitui num estado de falsa independência onde a criança vivencia de maneira implacável e de forma obstinada sua própria forma excêntrica, sem que haja qualquer tentativa de ajustamento as formas de vida das demais pessoas.

A ocorrência de pessoas com o transtorno, está delimitado a uma faixa de presença de 5 a 10 casos em cada 10.000 indivíduos, de acordo com a flexibilidade do diagnóstico (ARAÚJO, 2000).

Portanto, Fávero (2005, p. 60):

[...]independentemente de critérios de diagnóstico, é correto que a síndrome atinge principalmente pessoas do sexo masculino. As taxas para a desordem são quatro a cinco vezes superiores nos homens, porém pessoas do sexo feminino com esse transtorno estão mais propensas a apresentar um retardo mental mais severo que os homens.

Nas décadas de 60, 70 e 80 a educação passou a ser o único tratamento para o autismo, sendo que o mesmo recebeu influências de dois aspectos: o desenvolvimento de procedimentos de mudanças de condutas para ajudar as pessoas autistas a se aperfeiçoarem e a criação de escolas específicas para o autismo, patrocinadas, sobretudo, por associações de pais e familiares de autistas. (FÁVERO, 2005, p.61)

Na visão de Vasques (2002, p. 59):

Dois setores muito compatíveis entre si foram desenvolvidos para proporcionar dispositivos de entendimento dos indivíduos autistas, "o TEACCH – Dope and Discernment of Autistic and Assistant Message Disabled Set (Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com "prejuízos" na Comunicação), e o Programa de Comunicação Total".

Constituindo num projeto de saúde pública, com atendimento para os portadores de autismo, onde inúmeras técnicas e métodos são combinados, conforme as especificações de cada pessoa e suas potencialidades.

O objetivo do planejamento consiste ajudar o indivíduo com o transtorno crescer, oportunizando que o mesmo adquira autonomia, competência de comunicar-se permitindo manter relação com outros indivíduos e proporcionando adquirir atribuições para escolher e relacionar-se no dia a dia.

Com relação à forma de comunicação, a mesma consiste no emprego pelos terapeutas de sinais e palavras, de forma simultânea ensinando, primeiramente o indivíduo a realizar os sinais com as mãos para conseguir os objetos que deseja e em seguida complexos de sinais e palavras, para, por final palavras, tendo como objetivo desenvolver a oralidade (VASQUES, 2000, p. 59-60).

Na perspectiva de Coll, Marchesi e Palácios (2004, p. 237), "as terapias dinâmicas não evidenciam de forma clara a necessidade do tratamento para o autismo, aceitando-se atualmente que o que exprime mais eficiência é a educação".

A educação do autista pode ocorrer tanto nas Instituições de Ensino

Especializado e/ou Ensino Regular. Nas primeiras, o atendimento é multidisciplinar envolvendo fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos e educadores. No âmbito do ensino, por conta da inclusão, o foco é a educação sistemática com ensino aprendizagem de conteúdos curriculares.

Na perceptiva da Lei n.º 9394/96: “a educação de pessoas com necessidades especiais deve se dar, preferencialmente, na rede de ensino usual, evitando dessa forma, qualquer categoria de segregação” (BRASIL, 1996, p. 2).

No tocante ao ensino, para realizar sua função se torna necessário que seja levado em consideração o dia a dia de quem “aprende” e de quem “ensina”, pois ambos trazem aspectos internos a esse contexto educativo, que são de enorme relevância no instante de criar e recriar as relações que acontecem no espaço acadêmico (PANIAGUA, 2004, p. 335).

A educação da escola tem como meta, na visão de Blanco (2004, p. 295), promoção de maneira objetiva, “o desenvolvimento de determinadas capacidades e a adequação de vários assuntos da cultura, importantes para que os alunos se integrem de forma ativa no campo sócio-cultural de referência”.

Na escola se socializa proporcionando contato e interação com os adultos e outras crianças, tornando possíveis experiências enriquecedoras de comunicar e expressar estimulando a linguagem, favorecendo a imaginação e expandindo condições significativas para o atendimento das dificuldades que uma criança autista apresenta.

Por isso, é essencial para a socialização e a linguagem dos alunos, o ato de brincar, contatos físicos. Na visão de Amy (2001, p. 46) “oportunidades de relações com iguais, demonstram serem eficientes para promoção das habilidades sociais da pessoa autista”.

Nas escolas especiais, a preocupação é que esse espaço não seja estimulador, que seus companheiros sejam exemplos não adequados para seguir e que a criança seja privada de relacionar com outras crianças ditas típicas.

#### **4 BENEFÍCIOS DA ATUAÇÃO DO DOCENTE QUALIFICADO NO PROCESSO COGNITIVO DO ESPECTRO AUTISTA**

A escola precisa estar realmente preparada para trabalhar com a inclusão, fazendo disso um processo político pedagógico, uma vez que cada aluno apresenta necessidades individuais, e a sala de aula não é homogênea. Aprendizado de qualidade significa discutir com toda a comunidade escolar a inclusão.

O respeito por si e pelos outros inclui o respeito às diferenças e peculiaridades de todas as pessoas, e esse aprendizado que faz parte da realidade da educação é um aliado muito forte no ensino inclusivo.

Para Dutra (2006), o educador não deve estar sozinho na tarefa da inclusão, para promover realmente o respeito às diferenças e o pleno desenvolvimento das crianças à escola, esse poderia contar com uma equipe de apoio formada por professores especializados em educação especial, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e equipe médica, sempre que necessário para garantir a qualidade e permanência das crianças na rede regular de ensino.

Vale lembrar também, que a escola tem a responsabilidade de trabalhar com uma autoimagem e autoestima positiva nas crianças, e essa questão é mais uma aliada para construir indivíduos sem preconceitos consigo e com os outros. Para as crianças com necessidades especiais significa trabalhar na base do desenvolvimento um auto respeito as suas singularidades, sem significar que sejam inferiores aos demais.

Em uma sociedade cada vez mais diversificada, o ensino inclusivo ensina os alunos a aceitar as pessoas que são diferentes. Colocar os alunos com deficiência em escolas especiais impede essa socialização benéfica e transmite uma mensagem destrutiva de intolerância. (STAINBACK & STAINBACK 2009, p. 29).

Desta forma unindo políticas públicas, instituição escolar, alunos, pais e comunidade a escola descrita na Declaração de Salamanca, pode tomar seu rumo e dia a dia ser construída.

O educador precisa propor aos alunos tarefas que são importantes e que irão contribuir para o seu crescimento. Essas atividades devem ser contextualizadas e o aluno deve ser o centro da aprendizagem. O professor inclusivo precisa oferecer ao

educando um ambiente desafiador, prazeroso, pois o meio deve ser adaptado às possibilidades psíquicas e pedagógicas das crianças. É importante ressaltar que a escola é que precisa se adequar às necessidades de seus educandos e não vice-versa.

Não é possível existir um distanciamento entre o professor e aluno, é necessário haver uma interação entre ambos para que a aprendizagem aconteça de forma harmoniosa e com significação. Sabe-se que a noção de aprendizagem implica em um processo de ensino para incluir quem aprende e quem ensina, bem como desenvolver uma relação social entre ambos, de modo coerente.

Para que haja uma proposta pedagógica inclusiva, é preciso promover modificações nos objetivos, já que estes determinam o resto dos elementos da ação pedagógica, em função do que desejamos conseguir, a inclusão.

Tradicionalmente, os objetivos de ensino e de aprendizagem têm-se concentrado no âmbito cognitivo e têm sido os mesmos para todos os alunos, tendo como referência, na melhor das hipóteses, o aluno médio e, na pior, o aluno idealizado. Isso deu lugar a uma situação que pode ser caracterizada com os seguintes aspectos: o esquecimento de outras áreas desenvolvimento; a identificação de objetivos e conteúdo; uma excessiva utilização de metodologias transmissoras e expositivas; a homogeneização e inflexibilidade no ensino e, conseqüentemente, a desintegração dos alunos com necessidades educacionais especiais; uma avaliação do tipo normativo, em função de certos objetivos iguais para todos; e, finalmente, uma organização das atividades de ensino e de aprendizagem nas quais todos teriam que fazer o mesmo ao mesmo tempo (COLL, 2006,p.45).

Esta situação nos aponta a clara necessidade de introduzir modificações pedagógicas nos objetivos do processo educacional, de maneira que cumpram os princípios de integração e individualização. Como mudanças mais significativas uma delas é diversificar os objetivos, apontando certos objetivos comuns a todos e outros de caráter individualizado, em função das necessidades e possibilidades de cada aluno.

Outra alternativa é estabelecer novos objetivos procurando abranger outras

áreas do desenvolvimento: afetiva, motora, cognitiva e também a inclusão de novos conteúdos, não somente aqueles conteúdos relativos à aquisição de conceitos, princípios ou fatos, mas também a procedimentos, valores, normas e atitudes (COLL, 2006, p. 45).

Os processos de ensino-aprendizagem devem ter uma relação de comunicação que se manifesta, precisamente, no processo metodológico. Na metodologia tradicional, o professor transmite a informação acabada aos alunos, a comunicação encontra-se centrada no professor e é monológica. Sendo que nas metodologias ativas o aluno é o protagonista e o professor um facilitador da aprendizagem, a relação de comunicação é recíproca entre professor e alunos, ou seja, uma relação dialógica.

Quanto mais o professor interagir e comunicar-se com seus alunos, mais informações conseguirão obter acerca do processo que os mesmos seguem para aprender e, portanto, dos níveis de auxílio que necessitam.

Diante dessas abordagens o trabalho da Educação inclusiva precisa ir se adequando à realidade dos educandos, onde possam ser construídas políticas práticas institucionais e pedagógicas que garantam a qualidade de ensino não só para os alunos com necessidades especiais, como para todo o alunado do ensino regular. É esta concepção de escola, enquanto espaço social que precisa ser criada, e nela que precisam estar presentes à ousadia, a criatividade, os sonhos e as diferentes falas, ou seja, é preciso criar uma escola que acredita nas possibilidades de seus alunos.

As propostas de trabalho devem representar um desafio ao seu pensamento, com o objetivo de proporcionar o alcance da autonomia moral, social e intelectual.

Itani (2008, 69, 24):

Um trabalho educacional com crianças com deficiência deve privilegiar atividades espontâneas que permitirão ao professor observar os processos que o levaram a construir suas respostas. É mais importante entender como ela aprende como elabora o pensamento, do que com o resultado da resposta, ou seja, se responde corretamente ou não.

No caso das crianças autistas, o estabelecimento de uma boa comunicação com as crianças e o fato de estabelecer com os mesmos uma rotina de atividades, é

muito oportuno, pois devido às características das crianças elas precisam desse tipo de monitoramento (PRIETO, 2000, p.43).

O primordial na ação pedagógica é que elas sejam problematizadas, desafiadoras e que busquem o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. Na inclusão todas as crianças precisam vivenciar na escola todas as atividades, para que o processo educativo se efetive.

## **5 ANÁLISE COMPARATIVA DO ESTUDO DE CASO REALIZADO COM DOCENTES DE ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA**

Segundo pesquisa de campo, através de entrevistas realizadas com profissionais nas instituições de ensino pública Colégio Estadual Lions Clube e instituição privada Colégio Redentor, ambos na cidade de Itaperuna-RJ, constatou-se que as maiores dificuldades de interação dos alunos autistas dependem de seus transtornos globais e principalmente de suas características individuais. O professor deve se embasar no perfil da aprendizagem de cada aluno, ou seja, na maneira como este aluno aprende.

O autista é um indivíduo que aprende mais visualmente, porém a maioria das escolas públicas e particulares se baseiam em métodos educativos verbais, em que o autista apresenta dificuldades devido a perda de informação em termos de percepções sensoriais auditivos. As escolas se baseiam em conteúdos orais e auditivos e menos visuais, o autista precisa de um suporte visual maior do que os normalmente usados pelos os alunos típicos para compreender as informações.

Para que haja um melhor acompanhamento dos alunos, principalmente nas séries iniciais faz-se necessário classes reduzidas, ou seja, com poucos alunos para que a atenção do professor realmente seja voltada para todos, de maneira que este tenha melhor observação do desenvolvimento global dos seus alunos. O ideal é que na classe tenha mais alunos típicos que atípicos para gerar uma zona de desenvolvimento proximal que segundo a visão de Vygotsky, na aprendizagem mediada o aluno que possui dificuldades tenta aprender por meio da experiência do outro em ações colaborativas.

Os professores devem ter um relacionamento afetivo com seus alunos de forma a conhecê-los e entendê-los para se traçar metas e objetivos que seu aluno atípico possa alcançar dentro do contexto escolar.

Carvalho (1998) afirma que mais urgente que a especialização, é a capacitação de todos os educadores. Os recursos físicos são importantes, mas não fundamentais, pois os recursos essenciais são o próprio indivíduo e a capacitação do professor de forma a usar poucos materiais, mas que atingem os objetivos que podem ser alcançados pelo aluno.

Diante de nosso contexto escolar os alunos atípicos na rede escolar pública não estão realmente incluídos devido ao despreparo da maioria dos professores já que a especialização específica não é cobrada e a oferta de cursos nessa área de inclusão é escassa. Por outro lado, na rede particular em que realizamos a pesquisa há um grande preparo para receber os alunos autistas e também com outras necessidades de inclusão. A instituição privada dispõe de equipe multiprofissional formado por psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, professores e pedagogos, além de promover capacitação semanal para entender as diferenças individuais e reuniões frequentes para analisar o desenvolvimento de seus alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto no estudo, observou-se para que aconteça a inclusão dos alunos atípicos, se torna primordial que os professores passem por um processo de formação, visto que só com a graduação não se sentem seguros para o desenvolvimento de estratégias que possam promover a inclusão na sala de aula.

No que diz respeito a inclusão de crianças com espectro autista se torna essencial que haja um amplo conhecimento sobre as suas características. Dessa forma ao desenvolver as ações pedagógicas elas devem ser desafiadoras promovendo as potencialidades dos alunos. Por isso, no processo de inclusão as crianças precisam vivenciar as atividades, assim o processo educativo se efetivará.

Destaca-se que a ação pedagógica precisa ser fundamentada e levando em consideração as especificidades dos alunos. Toda essa fundamentação teórica gera uma análise comparativa apresentada na última sessão e que corrobora o que já foi

dito, evidenciando que quanto menor forem as turmas, melhor são as relações que as crianças estabelecem, pois o vínculo afetivo e a rotina são essenciais para as crianças que apresentam TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Dessa maneira conclui-se que o desafio do docente em relação à educação inclusiva, com foco nas crianças autistas, consiste em buscar desenvolver estratégias e metodologias que integrem os alunos no espaço escolar respeitando suas características e contribuindo para que os mesmos consigam progredir dentro do processo de ensino aprendizagem de maneira significativa.

## REFERÊNCIAS

AMY, M. **Enfrentando o autismo**. A criança autista, seus pais e a relação terapêutica. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ARAÚJO, C. **O processo de individuação no autismo**. São Paulo: Mennon, 2000.

BARROS, Eudes. **Bruninho**: “Falando de Autismo”. Cachoeiro de Itapemirim: Gráfica Nova Luz. 2002.

BATISTA, Cristina Abranches Mota, et al. **Atendimento educacional especializado**: deficiência mental. SEESP-SEED-MEC, Brasília, DF, 2003.

BLANCO R. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, C., MARCHESI, A., PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BRASIL. **Lei nº. 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf). Acesso em: 24/08/2017.

CARVALHO, Marlene. **Guia prático do alfabetizador**. São Paulo: Ática, 1998.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FÁVERO, M. **Trajatória e sobrecarga emocional da família de crianças autistas**: relatos maternos. (Dissertação de Mestrado). Rio Preto: USP, 2005.

ITANI, Alice. **Vivendo o preconceito em sala de aula**. In: AQUINO, J. G. (org.). Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2008.

KANNER, Leo. (1943). **Autistic Disturbances of Affective Contact**. Nervous Child, n.2, p.217-250.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997.

MELLO, Ana Maria S. Ros de . **Autismo: guia prático**. 7ª ed. São Paulo/ Brasília: AMA/Corde, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **A herança familiar desigual e suas implicações escolares**. In:\_\_\_\_\_ Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte: Autentica, 2009. Cap.III. p. 29-48.

OMS. **Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde: Declaração Alma-Ata**, 1978. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

PANIAGUA G. As famílias de crianças com necessidades educativas especiais. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Políticas públicas de inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores**. São Paulo: Cortez, 2000.

SAMPAIO, Cristiane T. e SAMPAIO, Maria R. **O professor mediando para a vida**. Salvador. EDUFBA, 2009.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SUPLINO, Marise. **Currículo funcional natural: guia prático para educação na área do autismo e deficiência mental**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Maceio: ASSISTA, 2005.

VASQUES C. **Um coelho branco sobre a neve. Estudo sobre a escolarização de crianças com psicose infantil**. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2002.